

O ano de 1995 assistiu ao lançamento de um dos mais perturbadores, instigantes e criativos livros desse final de século: *Beyond capital*, de István Mészáros. Obra de um pensador incrivelmente produtivo, talvez seja hoje o seu principal texto. Gestado ao longo de mais de vinte anos de reflexão acerca dos problemas da transição ao socialismo, propõe como uma de suas teses centrais a hipótese segundo a qual a possuem, no fundo, a mesma causa tanto a derrota dos projetos reformistas da Segunda Internacional e dos partidos trabalhistas como também a falência da via soviética ao socialismo: a ilusão na possibilidade de se controlar o capital por mediações extra-econômicas. Ao expor e defender essa tese, Mészáros realiza uma vastíssima interlocução com as principais correntes e vertentes político-teóricas desse século, passando por vários dos mais importantes leitores de Marx (Bobbio, Gramsci, Colletti, etc.), dos mais significativos pensadores conservadores (suas páginas acerca de Hayek lembram a mordacidade de *A sagrada família*), pela crítica radical do stalinismo, do maoísmo e outras expressões similares do marxismo do nosso século, ensaia uma estimulante crítica pela esquerda do Lukács da maturi-

dade, se detém sobre vários dos mais importantes textos de Marx e Engels e, ainda, polemiza com clássicos como Hegel e Kant.

Na impossibilidade de discorrer acerca de todo o livro, e também frente à futilidade de expor sua linha geral de desenvolvimento em uma resenha, optamos por explorar resumidamente duas de suas teses centrais: o caráter do capital e a falência dos projetos reformistas.

#### A essência do capital e seus limites históricos

Para Mészáros, após Marx, o capital é muito mais que uma mera relação de *poder* entre a burguesia e os trabalhadores: é uma forma de controle do metabolismo social caracterizada pela submissão do trabalho vivo ao trabalho morto, pela alienação<sup>1</sup> do trabalho que se manifesta, também, pela presença de um “comando sobre o trabalho” que se afirma enquanto um “poder separado” tanto do trabalhador como do próprio processo de trabalho, e, por fim, pela necessária produção histórica de “personificações do capital” e “do trabalho”, ou seja, de pessoas que, enquanto individualidades e enquanto classe, assumem como finalidade de suas vidas, como sentido de suas existências, os valores e fins que expres-

1. Entre os marxistas brasileiros, carecemos ainda de uma padronização adequada para a tradução do binômio *Entäusserung/Entfremdung*. Alguns preferem a alternativa alienação/estranhamento; outros exteriorização/alienação, respectivamente. Nesse artigo, tendo em vista maior clareza para o leitor não especializado, optamos pela segunda alternativa. Assim, utilizaremos alienação no sentido negativo da produção social de desumanidades.

sam as necessidades do processo de reprodução ampliada do capital<sup>2</sup> — tanto do ponto de vista do capital quanto do trabalho abstrato.

Nas palavras de Mészáros, o capital é um processo no qual “o poder que domina o trabalhador é, de forma circular, o poder do próprio trabalho social transformado”, que “funda a si próprio na ‘situação fetichizada na qual o produto é o proprietário do produtor’”. (Mészáros, 1995:607) Esse “círculo vicioso” faz com que o sistema do capital se constitua em uma verdadeira *causa sui* (Mészáros, 1995:610): sua essência está na sua própria reprodução ampliada, sua existência repousa em sua própria dinâmica e não em nenhuma outra causa a ele externa. É essa sua constituição ontológica que faz com que, como parte da essência do próprio capital, tenhamos uma incontável tendência expansionista que submete, de forma cada vez mais intensa e extensa, toda existência social à sua lógica.

Contudo, argumenta Mészáros, como contrapartida necessária, essa tendência expansionista do capital termina por produzir os seus próprios e insuperáveis limites. Estes delimitam o horizonte de possibilidades no interior do qual o capital pode manobrar no sentido de deslocar suas contradições antagônicas. Contudo, continua nosso autor, essa sua capacidade em deslocar seus limites não significa que eles não existam — significa apenas que “tais mudanças devem ser concebidas enquanto o *ir-sendo de um processo* cujos limites *últimos*, ou ‘absolutos’, não podem ser prontamente

prefigurados, apesar de existirem assim mesmo.”(448) Tais limites, continua nosso autor, “*permanecem operantes* todo o tempo. (...) eles permanecem operantes, mesmo quando um exitoso reajustamento e extensão dos limites anteriores cria uma situação política favorável e economicamente estável para a ‘velha ordem’, (...), dessa forma impedindo a reversão com sucesso das próprias [do capital] tendências *fundamentais*”.(458)

Em se tratando dos limites inerentes ao capital, Mészáros traça um autêntico *tertium datur* entre as concepções liberais e as concepções deterministas-reformistas. Existiriam limites absolutos à expansão do capital, contudo esses limites nem podem ser prefigurados antecipadamente, nem impõem uma alternativa única. Na ausência de um sujeito revolucionário historicamente operante, até mesmo uma crise estrutural causada pela aproximação aos “limites absolutos” do sistema pode conduzir, não à superação, mas sim a reajustamentos e deslocamentos das contradições de modo a, com custos sociais cada vez mais altos — no limite, com a própria eliminação de parte da humanidade —, garantir a sobrevivência do capital enquanto momento predominante do metabolismo social.

É importante salientar, dada à necessária brevidade de uma resenha, que não há em Mészáros nenhum determinismo econômico, seja lá de que espécie for, nem qualquer proximidade às teses catastrofistas da Terceira Internacional, ao afirmar ele a existência de “limites *últimos* ou ‘absolutos’” à expansão do capital. O

2. “O capital pode (...) mudar a *forma de sua regência* desde que essas quatro condições básicas — que são constitutivas de seu ‘sistema orgânico’ e compatíveis com todos os tipos de transformação de detalhes sem alterar sua substância — não sejam radicalmente superadas pela formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista”.(Mészáros, 1995: 617)

deslocamento dos limites absolutos do capital não significa a inexistência deles, mas apenas uma reconfiguração do sistema global que os eleva a patamares superiores de sociabilidade — com a consequente agudização das contradições fundamentais da sociabilidade regida pelo capital.

### A crise estrutural do capital

Em frontal oposição às teorias que, hoje, idealizam os “anos dourados” do *welfare state* enquanto período de apogeu da democracia e de segurança econômica, Mészáros argumenta que tanto hoje, como no pós-guerra, o gargalo da reprodução ampliada do capital era o mesmo: a impossibilidade de, mantido o atual metabolismo social, ampliar o consumo na mesma amplitude com que se desenvolve as forças produtivas. Esse gargalo forçou o capital a, em primeiro lugar, ampliar o consumo pela estruturação de um mercado consumidor de massas que teve no *welfare state* sua necessária regulamentação política. Em segundo lugar, intensificar o caráter destrutivo e perdulário do sistema pela adoção de uma escandalosa estratégia de obsolescência planejada, que acelerou a tendência à aproximação funcional entre consumo e destruição dos produtos sociais — e, no seu limite, chegou mesmo a identificá-las em setores econômicos da maior importância, ainda que específicos, como o complexo industrial militar.

O *welfare state* não passaria, segundo *Beyond capital*, da primeira forma da crise estrutural em que o capital está mergulhado desde o pós-guerra (Mészáros, 1995: 53). É por isso que, ao lado de “políticas públicas” que deixam alguns sau-

dosos, vale lembrar que foi o *welfare state* que produziu desde o macartismo nos Estados Unidos ao gaullismo na França, momentos de repressão política intensa no interior de países constitucionalmente democráticos; na sua vigência ocorreu o renascimento da tortura como instrumento de perseguição política *mesmo nos países democráticos centrais*, para não falar na periferia do sistema;<sup>3</sup> e, para terminar uma lista que poderia ser mais longa, foi também contemporâneo ao planejamento em larga escala, com investimentos vultosos (maiores que em qualquer outro setor econômico considerado isoladamente), da destruição nuclear da humanidade. Uma vez mais, o fundamento dessa argumentação de Mészáros é a velha (e boa) concepção marxiana segundo a qual a tendência do capital à expansão nada mais é, ao fim e ao cabo, que a tendência à expansão de riqueza humana alienada, — e, nesse sentido, é uma tendência à expansão, intensiva e extensiva, da destrutividade das relações sociais. Ao ampliarem suas forças produtivas sob a regência do capital, os homens terminam por ampliar também sua desumanidade, o que se expressa concentradamente, hoje, na ampliação de suas capacidades de autodestruição. Não apenas pela produção de armas de destruição maciça, mas também pela destruição mais danosa para a humanidade: a de individualidades reduzidas à força de trabalho excedente. Reprodução do capital e produção destrutiva se tornaram, para Mészáros, hoje sinônimos.

Ainda que amplo e profundo, o deslocamento das contradições propiciado pelo *welfare state* demonstrou ter vida curta conduzindo, nas décadas de seten-

3. A esse respeito consultar Kate Millett, *The politics of cruelty*, Norton, Nova York, 1994.

ta e oitenta, ao segundo momento da crise estrutural do capital. A aproximação do capital aos seus limites históricos que então se verificou resultou em uma crise estrutural que assume, até hoje, a forma de um “*continuum* de depressão” (*depressed continuum*) que tende a abolir até mesmo os mecanismos de controle das crises da etapa anterior.

### Estado e capital

O caráter alienante, expansionista e incontrolável do capital faz com que sua reprodução exija, de modo absoluto, a atuação do Estado. Por isso, argumenta Mészáros, o Estado não pode ser concebido como uma superestrutura, nos moldes da contraposição entre infra e superestrutura do marxismo vulgar. Tal como no passado, o Estado continua a assegurar a propriedade e atua como instrumento para colocar os pobres a trabalhar. Contudo, continua, “A radical diferença é (...) [que] o Estado capitalista deve agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, ativamente promovendo e administrando o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social numa escala monumental. Sem tal *intervenção direta* no processo sócio-metabólico, não mais em situações de emergência mas de *forma contínua*, não pode ser mantida em existência a extremada capacidade de desperdício do sistema capitalista.” (Mészáros, 1995: 600 e 623).<sup>4</sup>

Sem o Estado, as contradições inerentes ao sistema do capital<sup>5</sup> gerariam ten-

dências à fragmentação que não seriam compensadas por impulsos opostos no curso da reprodução social, levando à desagregação da sociabilidade sob a regência do capital. Nesse sentido preciso, o Estado é essencial à própria existência do capital. Ele “constitui a totalizante estrutura de comando político do capital — a qual é absolutamente vital para a sustentabilidade material do sistema como um todo (...)” (Mészáros, 1995: 59)

Não é necessário muito para que se perceba a novidade que essa tese representa, ao menos no debate contemporâneo. A relação economia-Estado é concebida, na enorme maioria dos casos, pela mediação das classes sociais. Algo como se entre a esfera da reprodução material e as relações políticas se interpusessem as classes sociais e as suas lutas. Se Mészáros tiver razão, contudo, o Estado seria um elemento estrutural da própria reprodução ampliada do capital — como vimos, uma autêntica *causa sui* que impõe ao metabolismo social a sua qualidade específica. Com essa leitura de Marx, Mészáros propõe uma abordagem que supera tanto as concepções dicotômicas, dualistas, que entendem capital e Estado como duas esferas mais ou menos independentes; como também aquelas que tendem a reduzir o Estado a mero comitê executivo das classes dominantes. Nem o Estado é independente do capital, nem representa direta e exclusivamente os interesses da classe dominante: ele expressa as necessidades globais da manu-

4. “O Estado moderno vem a ser na sua específica modalidade histórica, sobretudo para exercer um *controle global (comprehensive)* sobre as incontroláveis forças centrífugas que emanam das separadas unidades produtivas do capital enquanto um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado.” (Mészáros, 1995: 50)

5. Mészáros enumera a radical separação entre produção e controle (Mészáros, 1995: 48), a crescente dissociação entre produção e consumo (Mészáros, 1995: 48) e, por fim, a contradição entre o caráter nacional dos Estados e o caráter internacional do capital. (Mészáros, 1995: 53)

tenção da reprodução do metabolismo social regido pelo capital.

Disto Mészáros retira três conclusões decisivas:

1) Do ponto de vista teórico-metodológico, por ser o Estado uma mediação infraestrutural do sistema do capital, “é futilidade desperdiçar tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da ‘autonomia’ (especialmente quando a noção é espichada para significar ‘independência’), ou da sua negação. (Mészáros, 1995: 60) Por ser ele a estrutura global de comando do sistema do capital não pode ser dele autônomo, muito menos independente.<sup>6</sup> Em segundo lugar, como deve contrarrestar as tendências centrífugas que emanam das “funções econômicas do capital”, não é redutível à elas.<sup>7</sup> Entre o Estado e a sociedade civil regida pelo capital temos um “círculo de ferro” no interior do qual cada uma das partes reforça o todo, e em cuja reprodução todas as suas partes são sempre momentos partícipes da expansão do capital enquanto autêntica *causa sui*.

2) É essa concepção de fundo que possibilita a Mészáros concluir que a estratégia reformista que predominou no movimento operário nesse século resultou, não no fortalecimento da luta dos trabalhadores contra o capital mas, pelo contrário, na assimilação pelo Estado desses

mesmos partidos e sindicatos. Eles, também, terminaram por assumir como *suas* as necessidades do capital. (Mészáros, 1995: 678)

O “projeto [dos sociais-democratas] de institucionalizar o socialismo por meios parlamentares estava condenado ao fracasso deste o começo. Pois eles visam o *impossível*. Eles prometiam transformar gradualmente em algo radicalmente diferente — isto é, em uma ordem socialista — um sistema de controle sociorreprodutivo sobre o qual eles *não tinham nem poderiam ter qualquer controle significativo* no e através do parlamento”. (Mészáros, 1995: 713)

Por ser o capital, por suas próprias determinações ontológicas, incontrolável, “investir energias de um movimento social em tentar *reformular* um sistema substancialmente *incontrolável*, é um trabalho muito mais fútil que aquele de Sísifo, já que a viabilidade da reforma, mesmo a mais limitada, é inconcebível sem a habilidade de se exercer o controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar”. (Mészáros, 1995: 713)

Essa incontrolabilidade ontológica do capital significa, também, que ele “*não pode compartilhar poder*, mesmo no curto prazo, com forças que buscam, como seu ‘objetivo último’, transcendê-lo não importa em quão longo prazo.” (Mészáros,

6. “Seria um grande erro, no entanto, igualar o Estado enquanto tal com a estrutura de comando do sistema do capital”. (Mészáros, 1995: 64) Pois, “(...) o capital enquanto tal é ele próprio *sua própria* estrutura de comando da qual a dimensão política é uma *parte integral*, ainda que de nenhum modo uma *parte subordinada*. Novamente aqui nós podemos enxergar a manifestação prática da reciprocidade dialética”. (Mészáros, 1995: 64)

7. “O Estado moderno — enquanto estrutura abrangente de comando do capital — é tanto o *pré-requisito* necessário para a transformação das unidades primariamente fragmentadas em um *sistema viável* do capital, (...) [como também é] a *estrutura dominante* para a completa articulação e manutenção (...) [do capital] enquanto um sistema global. Nesse sentido fundamental, (...) o Estado deve ser entendido como uma parte integral do próprio solo material do capital”. (Mészáros, 1995: 61-5)

1995:716) “Compreensível, portanto — continua Mészáros — que as estratégias construídas apoiadas nos dois pilares de 1) *reformatar o incontrolável* e 2) *‘conquistar os postos de comando’* do sistema estabelecido através de um ponto de apoio de um *poder não-existente* [o poder de compartilhar o poder com o capital], teria que terminar com a derrota auto-imposta da esquerda histórica”. (Mészáros, 1995:716)

Sua avaliação inteiramente negativa das experiências dos partidos trabalhistas europeus, sua fina ironia contra os Mitterrand e os Tony Blair da vida, transformados em novas “personificações do capital” independente de quererem ou não, possui elementos muito ricos também para uma crítica, pela esquerda, da experiência brasileira mais recente. Não há como administrar a sociedade burguesa a não ser do ponto de vista do capital, e este não é um solo adequado para a acumulação de forças para a revolução; antes, pelo contrário, é o solo mais adequado para a dissolução dos objetivos revolucionários em projetos, *a priori* fadados ao fracasso, de domesticação do sistema do capital. Contra o pretensão realismo dos reformistas de plantão, assinala que “o que é mais *irreal* não é a alternativa hegemônica socialista à regência do capital em todas as suas formas conhecidas e ainda possíveis, mas a projeção gratuita de que a humanidade possa sobreviver muito mais no interior dos limites estruturais necessariamente destrutivos do modo estabelecido da reprodução sociometabólica” (793)

Se Mészáros estiver com a razão, uma boa parte do debate acerca da relação entre Estado e projetos emancipatórios, revolucionários, estaria irremediavel-

mente desfocada. Por exemplo, estariam equivocadas as propostas de transformar a sociedade pela organização dos movimentos sociais locais, partindo do pressuposto que uma sociedade civil organizada seria o antípoda mais eficaz ao poder centralizado do Estado. Organização da sociedade civil e presença do Estado na vida social não seriam pólos antinômicos, mas sim complementares. Toda a discussão, após uma dada leitura de Gramsci, que propõe como transição ao socialismo a “organização” da sociedade civil estaria equivocada na sua raiz: não há como se conquistar o “Estado” através de um seu cerco pela sociedade civil, pela simples razão de que tanto a sociedade civil quanto o Estado são momentos complementares da ordem societária ordenada pela reprodução ampliada do capital.

Em um outro pólo, as teses que propõem a superação do Estado afirmando seu caráter essencialmente burguês estariam, elas também, desfocadas da questão decisiva. A destruição da burguesia, através da “expropriação dos expropriadores”, da eliminação da propriedade privada, é um passo necessário, certamente, porém longe de ser suficiente para a emancipação humana, já que a relação burguesia-proletariado é apenas *uma forma particular*, historicamente determinada, da regência do capital. Para além da “expropriação dos expropriadores”, o socialismo requer a própria superação do capital — e, por si só, a abolição da propriedade privada pode levar apenas à estruturação de uma nova forma de regência do capital, tal como demonstrou a experiência soviética. O que está em jogo na transição para o socialismo é a consubstanciação de um novo metabolismo social, de uma totalidade social qualitativamente nova — e não uma



nova forma de domínio do homem sobre o homem.

Estariam também equivocados aqueles que afirmam ser o Estado nada mais que um comitê executivo das classes dominantes. Pois o Estado, por ser expressão das necessidades globais do sistema do capital, possui uma evidente autonomia em relação aos burgueses enquanto tais, e mesmo em relação às classes dominantes, mantendo com elas uma relação contraditória. Do ponto de vista dos burgueses, o Estado é um poder que se exerce sobre eles e do qual, contudo, não podem prescindir; é um mal necessário à manutenção da unidade global do sistema do capital.

Se Mészáros tiver razão, repetimos, será necessário que refaçamos boa parte do debate acerca do Estado, das políticas públicas e da relação deles com os movimentos sociais.

3) A terceira consequência da tese do caráter infraestrutural do Estado é que também<sup>8</sup> nela Mészáros se apoia para argumentar a necessidade do defenecimento do Estado para a transição socialista. Para ele, a abolição do Estado é uma exigência insuperável à realização do projeto socialista. Cita Marx (“Existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis...”), e propõe o defenecimento do Estado, com todas as letras:

“Dada a inseparabilidade dessas três dimensões do sistema do capital plenamente articulado — capital, trabalho e o Estado — é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar também o capital e o Estado. (...) Enquan-

to as funções controladoras vitais do metabolismo social não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas deixadas sob a autoridade de um pessoal de controle separado (isto é, um novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, materialmente mantendo e estendendo, portanto, a regência da riqueza alienada sobre a sociedade.” (Mészáros, 1995: 494)

#### A atualidade da ofensiva socialista

A intensidade com que hoje se apresentam a incontrolabilidade e a destrutividade essenciais ao capital funda, segundo Mészáros, a atualidade histórica da ofensiva socialista, já que objetivamente estamos em uma “era de transição”. Para Mészáros, “Numa escala historicamente relevante, uma *era de transição* inicia-se no momento em que as forças dominantes da velha ordem são *forçadas* por uma *crise aguda* a adotar remédios que seriam a elas totalmente inaceitáveis sem esta crise, introduzindo, desse modo, um *corpo estranho* na estrutura original, com consequência *por fim* destrutivas, não importando quão benéficos os resultados imediatos.”(458)

Salientemos, pois qualquer incompreensão aqui pode causar muitos problemas, que a concepção de necessidade histórica em Mészáros em nada se aproxima à concepção teleológico-determinista tão presente nas diversas variantes do marxismo vulgar. Para o autor de *Beyond capital*, a inevitabilidade

8. Ainda que não apenas nela, pois há em *Beyond Capital* extensas considerações acerca da incompatibilidade ontológica entre qualquer forma de controle externo ao processo produtivo com a sociabilidade emancipada, às quais não temos aqui espaço nem mesmo para uma menção muito rápida e superficial.

do processo de transição decorre da inevitabilidade da crise; desta última, contudo, não decorre necessariamente a vitória da alternativa socialista. Para sermos breves, um período de transição é marcado pela possibilidade efetiva de superação da ordem do capital; todavia entre a possibilidade e sua efetivação há um largo espaço a ser ocupado pelas mediações historicamente concretas indispensáveis para a objetivação do novo. Tais mediações não decorrem automática e obrigatoriamente do solo ontológico-social da crise, dependem das ações dos homens que vivem esse momento histórico, de tal modo que da crise pode resultar tanto na superação do velho pelo novo, quanto a reafirmação do velho pela destruição do humano. (458)

A *atualidade* da ofensiva socialista significa apenas que, na presente situação histórica, a humanidade não pode evitar, por um ato de vontade ou seja lá o que for, o confronto com a alternativa socialista. A dimensão e profundidade da crise do sistema do capital, sua dinâmica mais essencial, colocam na ordem no dia problemas e contradições que encontram no projeto socialista, e apenas nele, a possibilidade — que poderá ou não se atualizar — de sua superação histórica. A *atualidade* do projeto socialista, portanto, para Mészáros, tem um sentido muito preciso: corresponde, como nunca antes (pois, antes, o capital se limitava ainda ao “pequeno canto do mundo”

que é a Europa), às necessidades históricas mais profundas, que hoje se referem à própria sobrevivência da humanidade.<sup>9</sup>

É sem mais evidente que uma tal formulação da atualidade histórica do projeto socialista está intimamente articulada à concepção do projeto enquanto tal. A passagem do capitalismo para uma sociedade emancipada é caracterizada por Mészáros como a passagem de uma forma de controle sociometabólico regida pelo capital à outra, controlada pelas necessidades humanas. Argumenta Mészáros que considerações *qualitativas*, as únicas que podem avaliar as necessidades humanas, não podem ter lugar sob o capital. A este é essencial nivelar quantitativamente o ser humano enquanto força de trabalho, submetendo nesse processo todas as relações sociais. “Em contraste, a ‘lei econômica’ discutida por Marx no contexto do sistema comunal de produção e distribuição é caracterizado como um regulador inerentemente *qualitativo*” que tem por categoria decisiva não mais o tempo de trabalho socialmente necessário mas sim o “*tempo disponível*”. Ou seja, a mensuração da riqueza humana através dessa última categoria exhibe em Marx “um significado qualitativamente diferente da lei do valor que predomina através das relações de troca numa sociedade de mercado [*commodity society*]” (767), pois subsume o processo reprodutivo às necessidades humanas e não implica, como hoje, o predomínio

9. Para Mészáros, portanto, a atualidade histórica da ofensiva socialista “não implica mais do que explicitamente afirma: (...) se reduz a não mais que ao perturbador fato negativo” de que nos aproximamos ao “*limite* além do qual a acomodação forçada e os novos sacrifícios impostos se tornam intoleráveis não apenas *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos, mas também *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura sócio-econômica dominante. Nesse sentido, e em nenhum outro, a atualidade histórica da ofensiva socialista — enquanto sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas através da acomodação consensual — está destinado a se impor no longo prazo”. (674)



das necessidades reprodutivas do capital sobre as do ser humano.

O que está em jogo, portanto, para Mészáros, não é abolição de uma ou outra forma de propriedade privada, ou de personificação do capital. Nem muito menos a extinção de uma ou outra forma jurídica da regência do capital. O que está em questão é nada mais nada menos que a destruição da totalidade do capital, pois é nessa sua dimensão universal — e apenas nela — que se explicita plenamente a sua essência enquanto modo sociometabólico de subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto.<sup>10</sup>

Isso posto, não é difícil divisar que, para Mészáros, ir *para além do capital* significa, antes de mais nada, romper a postura defensiva do trabalho para com o capital. Essa “postura defensiva” se caracteriza pela incapacidade de o trabalho assumir o controle do metabolismo social — mesmo tendo tomado o poder político em algumas circunstâncias. (368) Tomar o poder político e se limitar a “expropriar os expropriadores” pela abolição da propriedade privada, pelo estabelecimento de novas relações jurídicas de propriedade perfaz, para Mészáros, a “postura defensiva” do trabalho frente ao capital. Seria ela “O principal impedimento para deslanchar a realização do projeto socialista”. (790)

Como o sistema do capital funciona como um todo, com as suas partes reforçando-se mutuamente, “A alternativa hegemônica do trabalho à regência do

capital é inconcebível sem uma *completa erradicação do capital do processo sociometabólico*. Essa é a razão do porque a derrubada do capital dificilmente pode fazer mais que arranhar a superfície do problema.” O máximo que pode ser derrubado são “as personificações do capital”, Estado incluso — o que sempre foi considerado por Marx “apenas como o primeiro passo necessário na direção da transformação socialista requerida.” (792) A passagem para a porção positiva desse processo, a construção de um novo metabolismo social, requer a construção de uma nova ordem social.

“É por isso que a revolução socialista não pode ser concebida como um ato singular, não importa quão radical na sua intenção. Ela teria que ser descrita, como vimos no *18 Brumário...* de Marx, como uma *revolução social que se desdobra consistentemente autocrítica*, isto é, como uma *revolução permanente* capaz de prover e constantemente crescer o *modo de controle* positivamente autodeterminado da ordem socialista.” (792)

### Conclusão

Não resta a dúvida — e espero que as linhas acima sejam claras nesse sentido — que estamos diante de um autor que assume uma postura claramente maximalista. Não porque, como talvez possa sugerir a seleção dos temas para essa resenha, desconsidere a importância das mediações para a objetivação das metas estratégicas; mas sim porque considera que não há qualquer viabilidade,

10. Desconsiderar esse fato e identificar a abolição da propriedade privada com a superação do capital está, para Mészáros, na base das tragédias dos projetos revolucionários que chegaram ao poder neste século. O resultado histórico dessas experiências, tal como ocorreram no Leste Europeu e na antiga União Soviética, para nosso autor não foi outro senão a manutenção do sistema do capital através de outras mediações sociais que, embora muito diferente do capitalismo clássico (acima de tudo por serem um modo de extração do sobretrabalho imposto por mediações extra-econômicas como o constrangimento político e policial), mantiveram o metabolismo social regido pelo capital.

do ponto de vista socialista, de um processo tático de acumulação de forças que não seja clara e decididamente orientado por uma concepção estratégica que, “além da negação do Estado e das personificações do capital” aponte para “o estabelecimento de uma autosustentável ordem sociometabólica alternativa (...) da qual o capital com todos os seus corolários — incluindo o assim chamado ‘mecanismo de mercado’ — tenha sido irreversivelmente removido”. (792)

Nessa exata medida e sentido, “A rearticulação do movimento socialista enquanto uma ofensiva estratégica para ir para além do capital é nesse modo uma pré-condição necessária mesmo aos sucessos parciais que, com o tempo, na

moldura de uma estratégia correta, podem se tornar cumulativos. Pelo contrário, sem o objetivo da própria estratégia ofensiva (...) a jornada fica carente de compasso. E certamente nós não podemos nos dar ao luxo de vagar por outro século e meio no beco sem saída de tentar produzir mudanças estruturais no interior dos confins paralisantes do sistema do capital”. (793)

*Beyond capital* é uma obra gigantesca, literal e figurativamente. Certamente, demanda algo mais que um primeiro contato para que dela possamos ter uma avaliação exata. Contudo, ainda que não submetida ao “teste implacável do tempo”, não seria uma má aposta a de que estamos frente a uma das obras decisivas do nosso século.

## Terry Eagleton

*Ideologia. Uma introdução.*

São Paulo. Editora da Unesp/Editora Boitempo. 1997.

Caio Navarro de Toledo, (Departamento de Ciência Política, IFCH, Unicamp.)

Conflitos sociais, étnicos e religiosos, lutas políticas e guerras civis renovam-se e ampliam-se no mundo contemporâneo. No entanto, apesar da evidência (e da extensão) dessa batalha permanente entre concepções, valores e simbolismos, várias correntes intelectuais hoje proclamam a obsolescência e o anacronismo do conceito de ideologia. Nos anos 50 e 60, renomados sociólogos conservadores (Aron, D. Bell, Lipset, Shils e outros) revelaram-se maus profetas ao decretarem o fim das ideologias; atualmente outros teóricos se candidatam a desempenhar semelhante papel.

O livro de Terry Eagleton questiona as formulações destes intelectuais contemporâneos — denominados por ele de *pós-modernistas* e *pós-estruturalistas* — que esvaziam, neutralizam ou afirmam a inutilidade do conceito de ideologia. Além de procurar esclarecer a polêmica e complexa história conceitual da noção de ideologia, Eagleton se propõe a um objetivo político (e ideológico) muito preciso: o livro é, nas suas palavras, um “revide político a essa última traição dos intelectuais”. Para o autor, silenciar-se sobre (ou subestimar) a discussão acerca da ideologia significa deixar de reconhecer as lutas e contradições sociais e abdi-

LESSA, Sérgio. Resenha de: MÉSZÁROS, István. Beyond capital. London: Merlin Press, 1995. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.139-148.

***Palavras-chave:*** Mészáros; Socialismo; Capital; Estado; Ontologia.